

A FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DE SANTA CATARINA: O CASO DAS COLÔNIAS PORTO FELIZ E PORTO NOVO¹

Clério Plein²

Resumo

O objetivo deste artigo é abordar os aspectos relacionados à formação da agricultura familiar na região Oeste do estado de Santa Catarina, destacando as estratégias de reprodução das famílias entre 1920 e 1970. A metodologia é baseada em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo através de entrevistas. Como principais resultados, destaca-se que a agricultura familiar desta região pode ser entendida a partir do que muitos autores denominaram de modo de vida colonial, que teve duas fases principais na região desta pesquisa: (i) fase de definição dos lotes e instalação dos colonos (1920-1930/40) e (ii) fase de especialização produtiva e inserção mercantil (1930/40-1960/70).

Palavras-chave: modo de vida colonial, agricultura colonial, agricultura familiar.

Introdução

O objetivo deste artigo é resgatar as origens da agricultura familiar no município de Iporã d' Oeste. Apesar de tratar-se de um estudo de caso, a dinâmica social e econômica é compatível com o Oeste de Santa Catarina, pelas características similares na forma de colonização, estrutura fundiária, grupos étnicos, tipo de relevo, entre outras. Dentro da periodização histórica, delimitada para este estudo, o texto refere-se ao período que vai de 1920/25 até 1965/70. Compreende a colonização até o início do processo de modernização da agricultura brasileira. O artigo está estruturado em três partes. A primeira trata-se de um referencial teórico sobre o modo de vida colonial. A segunda refere-se ao povoamento, onde se enfatiza o processo de colonização da região Oeste de Santa Catarina, e mais precisamente, das colônias Porto Feliz e Porto Novo, atuais municípios de

¹ Versão revisada do capítulo 2 da dissertação de mestrado (PLEIN, 2005), que contou com bolsa do CNPq - Brasil durante a realização dos seus estudos.

² Economista Doméstico, Mestre em Desenvolvimento Rural, professor da UNIOESTE.

E-mail: clerio.plein@ig.com.br, Rua Bahia, 655 apartamento 13, CEP 85505-270, Bairro Vila Nova, Francisco Beltrão - PR.

Mondaí e Itapiranga, respectivamente. Na terceira parte, são abordados elementos referentes às fases do desenvolvimento da agricultura colonial nestas colônias. Para dar conta desta investigação, o estudo baseia-se em bibliografias referentes ao processo de colonização da região Oeste Catarinense, em historiadores locais (Mondaí e Itapiranga) e dados primários, a partir de 12 entrevistas realizadas com agricultores mais idosos, que chegaram na região nos anos 1940.

O modo de vida colonial

A agricultura colonial, definição dada ao modelo de agricultura que os colonos³ implementaram no Oeste de Santa Catarina a partir de 1920, possui elementos que permitem que seja estudada a partir da perspectiva dos estudiosos das sociedades camponesas, como Mendras (1978) e Ellis (1988). A agricultura colonial, apesar de não ser chamada de camponesa no Brasil, pode ser entendida a partir dos conceitos que estes autores desenvolveram.

De acordo com Mendras (1978), “uma sociedade camponesa é um conjunto relativamente autônomo no seio de uma sociedade global mais larga”. O autor aponta cinco traços básicos do que seria um tipo ideal de sociedade camponesa, os quais são relacionados entre si e formam um modelo geral.

- (1) A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades;
- (2) A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade;
- (3) Um sistema econômico de autarcia relativa e que tem relações com a economia envolvente;
- (4) Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas;
- (5) A função decisiva do papel dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente (Mendras, 1978, p. 14-5).

Entretanto, uma das características que distingue o campesinato europeu do americano, já apontada por Weber (1974), é que na América, o

³ Conforme citado por Schneider (1999, p. 24). “A palavra colono refere-se ao sujeito que vive numa colônia. O termo colônia, no sentido como é empregado no sul do Brasil, não indica uma possessão exterior, ultramarina, de um Estado nacional (como por exemplo “as colônias africanas dos países europeus”). O verdadeiro sentido da palavra colônia (“kolonie” em alemão) tem sua origem no processo de colonização que se propõe a introduzir habitantes alheios num lugar onde eram inexistentes e inseri-los em atividades agrícolas. Por colônia, no Rio Grande do Sul, também se designa uma propriedade de terra padrão, aquela destinada pelo governo aos imigrantes. Deste modo, colono passou a ser sinônimo de “bauer”, que no alemão designa camponês, agricultor, pequeno proprietário (“paysan” para o francês, “peasant” para o inglês, “contadino” para o italiano, etc.). Nas regiões de colonização alemã usa-se muito a expressão germanizada “kolonist” como declinação de colono.”

mercado foi anterior ao campesinato, ou seja, aqui, o agricultor sempre produziu para o mercado. Claro que, inicialmente, essa produção para o mercado era bem esporádica, mas existia. Percebe-se a pertinência dessa observação quando se analisa a chegada dos colonos no Oeste Catarinense, uma vez que estes já estabeleciam relações com o mercado no seu local de origem, no Rio Grande do Sul.

Porém, essa relação dos colonos com o mercado possuía algumas particularidades. Nesse sentido, uma contribuição para entender esse processo é a de Ellis (1988), que considera que os camponeses se caracterizam pela sua inserção parcial em mercados incompletos. Para a autora, existem cinco aspectos que caracterizam a parcialidade e a imperfeição desses mercados. Em primeiro lugar, os mercados de capitais e crédito, são fragmentários ou inexistentes, sendo que o crédito é obtido de fontes locais e está ligado a condições pessoais de dominação dos proprietários de terras e/ou dos comerciantes sobre os camponeses. Segundo, não é num quadro competitivo que os camponeses têm acesso a insumos de origem industrial necessários a sua produção. Terceiro, as informações sobre a situação de mercado são pobres e erráticas, reforçando a dependência entre o camponês e os comerciantes locais. Além disso, os critérios de ocupação e transferência de terras submetem-se a regras estabelecidas no âmbito da comunidade local. Finalmente, as dificuldades de transporte e comunicação reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses.

Para Abramovay (1992, p. 115), "sempre que se falar em campesinato, a referência social determinante da conduta estará numa pequena comunidade cuja reprodução material responde a um conjunto de regras onde as ligações pessoais são determinantes."

(...) a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. É por essa razão que não pode ser dispensada a contribuição decisiva da antropologia clássica que via nos camponeses membros de uma sociedade parcial, com uma cultura parcial. Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de normas próprias e específicas. (...) mais do que um tipo econômico, o camponês, antes de tudo, é um modo de vida (...) Além da personalização dos vínculos sociais, isso se traduz na ausência de uma contabilidade racional (...) A família e a comunidade, de certa forma, emprestam sentido à atividade camponesa. Trabalho e vida são duas dimensões cindidas (...) um organismo único produz com base no objetivo de gerar não só os meios de vida, mas sobretudo um modo de vida. (...) a terra não é simplesmente fator de produção, as outras unidades produtivas não são apenas concorrentes e os comerciantes não são só sanguessugas (Abramovay, 1992, p. 101-2). Grifos no original.

Para efeito deste trabalho, os colonos que se instalaram nas pequenas propriedades da região Oeste de Santa Catarina, a partir de 1920, serão analisados a partir da noção de modo de vida colonial. Este modo de vida colonial compreende uma forma de organização, do trabalho e da produção, baseada no labor de um grupo doméstico familiar, ligado por laços de parentesco e consangüinidade, sobre uma pequena propriedade de terra. A produção realizada consistia na combinação de cultivos vegetais e criações (uma policultura). Esta forma de produzir foi instalada na região Oeste pelos descendentes de colonos do Rio Grande do Sul, que ali repetiram os mesmos procedimentos. Portanto, trata-se de uma agricultura colonial ou, conforme Schneider (1999), de um sistema produtivo colonial, pois a reprodução social da família, com esta forma de exploração produtiva da terra, dependente da possibilidade de obtenção constante de novas áreas de cultivo.

O modo de vida colonial se inicia no Rio Grande do Sul e, através do que Roche (1969) chamou de "enxamegem dos pioneiros"⁴, vai reproduzindo-se, da mesma maneira, nas "zonas pioneiras"⁵, primeiro no Noroeste do Rio Grande do Sul, depois no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

De acordo com Schneider (1999, p. 21), "a estrutura social e econômica implementada pelos colonos pode ser considerada como um modo de vida, ao qual corresponde uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade". A forma de produzir era a maneira como os colonos organizavam o trabalho num processo produtivo que tinha como objetivo, assegurar a subsistência da família, ou seja, é a maneira como a família organiza seus meios de produção para garantir a sua reprodução. Nessa forma de produzir, destaca-se a propriedade da terra, a produção de subsistência e as trocas econômicas locais. A forma de sociabilidade era o modo como se estruturavam as relações sociais, que a família do colono estabelecia, com os elementos exteriores, podendo dar-se através do parentesco, da solidariedade vicinal, da religião e das atividades lúdicas. A forma de sociabilidade estava fortemente ancorada na vida em comunidade.

Pode-se dizer que, o sistema produtivo colonial era um misto de agricultura, comércio e artesanato. Para Schneider (1999), as relações comerciais cimentavam esse modo de vida, uma vez que o comércio era o elo de ligação entre o colono e o mercado. Nesse sentido, acredita-se que

⁴ É assim, que o autor define, o processo de migração das famílias de colonos em busca de novas terras, uma vez que, o solo já estava esgotado e não possibilitava a reprodução de toda a família, no mesmo lote.

⁵ De acordo com Waibel (1955, p. 390), a zona pioneira "é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada".

até o final dos anos 1960, a forma familiar de produção, da região Oeste de Santa Catarina, pode ser caracterizada pelo modo de vida colonial, ou seja, a agricultura colonial, onde a unidade de produção familiar era formada pelo colono e a sua família. O acesso à propriedade da terra se dava pela herança ou pela compra, avançando na fronteira agrícola. Nesse sistema, prevalecia a policultura com o objetivo principal de subsistência ou auto-consumo. A forma de trabalho era familiar e as suas relações com o mercado eram esporádicas e precárias, com forte atuação de intermediários. A sociabilidade local se dava na comunidade, onde prevalecia a solidariedade e as relações de reciprocidade (Schneider, 1999).

De acordo com Schneider (1999, p. 21-2) “o modo de vida dos colonos manteve-se socialmente ancorado no processo de expansão da fronteira agrícola”. Waibel (1955) e Roche (1969), concordam que o sistema produtivo colonial foi um dos principais elementos de perpetuação do caráter relativamente autárquico dessa sociedade, permitindo que sua reprodução ocorresse na mesma medida em que era possível expandir a zona pioneira. Da colônia velha foram para as colônias novas, e dali para o Oeste de Santa Catarina, depois para o Sudoeste do Paraná e inclusive no Mato Grosso do Sul.

A base geográfica e física deste modo de vida se iniciava com a abertura das picadas e linhas, o que levou a um tipo de “povoamento rural disperso”, com cada família em uma propriedade. O povoamento disperso, ao contrário do povoamento aglomerado, tem a vantagem de que cada agricultor vive na sua terra, sendo que sua casa é cercada pelas suas lavouras, pastos, matas, etc., o que torna a administração da propriedade mais fácil. No entanto, esse tipo de povoamento tem a desvantagem de que o colono fica separado dos seus vizinhos, sendo que os contatos sociais e culturais entre os membros da comunidade tornam-se mais difíceis (Waibel, 1949, p. 197).

Nesse sentido, Waibel (1949) considera que o *habitat natural*, característico na ocupação das zonas de matas do Sul do Brasil, era o “povoamento rural disperso”, onde as propriedades não são espalhadas irregularmente, mas estão dispostas ao longo de linhas ou picadas, que eram caminhos abertos pelos pioneiros na mata virgem, servido, desde o início, como linhas de comunicação e estradas. Essas linhas coloniais, normalmente, seguem os fundos dos vales fluviais e de cada lado delas estão alinhados os lotes dos colonos, que são estreitos ao longo da estrada e do rio, estendendo-se numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes, até o divisor de águas.

Schneider (1999), destaca a relação entre essa forma de ocupação geográfica e a sociabilidade do modo de vida colonial.

Um dos aspectos determinantes da organização social da sociedade colonial luso-brasileira foi o “povoamento rural disperso” dos colonos, pelo qual se entende uma formação de ocupação geofísica baseada na abertura de

caminhos por dentro da mata denominadas linhas e/ou picadas. Ao longo desses caminhos, as terras foram demarcadas, os colonos estabeleceram suas propriedades e constituíram suas moradias. Essa forma de ocupação geográfica, associada à etnia, ao domínio da língua germânica e às dificuldades de comunicação (falta de estradas, etc.), foi fator decisivo à formação e manutenção de uma sociedade com alto grau de endogamia e relativamente fechada sobre si mesma até meados da década de 1950. O caráter quase autárquico desse modo de vida era reforçado pelas intensas relações de parentesco e de religiosidade (Schneider, 1999, p. 23).

Para compreender o processo de formação da agricultura colonial, tal como apontado, é fundamental compreender não apenas o processo de ocupação fundiária e as relações familiares, mas também, o sistema produtivo que foi instalado para viabilizar o cultivo da terra e a sobrevivência da família. Antes de ser um agricultor, o colono teve que vencer a floresta para poder implantar as suas lavouras, sendo assim, “o imigrante teve, pois, de aprender a desbravar” (Roche, 1969, p. 52). Muitos colonos se reuniam para derrubar a floresta e fazer a primeira plantação. Nesse sentido, “a adversidade do meio físico em que se alojaram os pioneiros foi um dos fatores motivadores da solidariedade” (Schneider, 1999, p. 25). Sendo que esta organização social local, com fortes relações de solidariedade vicinal, foi indispensável à sobrevivência das famílias de colonos em uma região isolada e com densas florestas, muitas vezes, habitada por índios.

Em relação aos sistemas de produção agrícola, praticados pelos colonos, parece interessante a sugestão de Waibel (1949; 1955). Segundo este autor, a forma de ocupação das terras pelos colonos, compreendia basicamente três fases: o desmatamento, o arroteamento e a rotação de terras.

Tanto na América do Norte, quanto no Brasil, o colono nos primeiros anos de trabalho na mata adota o sistema da queimada e da rotação de terras e planta com o emprego da enxada, sobretudo milho, feijão e abóbora com que engorda porcos. Com exceção da criação de porcos, este sistema foi inteiramente adotado dos índios, e isto porque é um sistema muito simples, barato e em poucos meses já permite obter alimentos para toda a família de pioneiros. Este sistema, porém, tem a desvantagem de não ligar o colono à sua terra e este é o principal motivo por que ele muda freqüentemente de propriedade (Waibel, 1955, p. 413).

De acordo com Waibel (1955), nos Estados Unidos, em pouco tempo este sistema deu lugar a uma agricultura nos moldes europeus, com rotação de culturas e utilização do arado, combinada com a estabulação do gado e adubação do solo com o esterco. Porém no Brasil, “o sistema da queimada

e da rotação de terras tornou-se não apenas um fenômeno transitório, mas uma situação permanente” (p. 413). O autor destaca que:

(...) a maioria dos colonos usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira; na literatura geográfica é geralmente conhecido agricultura nômade ou itinerante. Na linguagem dos economistas rurais, é chamado sistema de rotação de terras (Waibel, 1949, p. 180).

Os colonos europeus adaptaram dos índios o sistema de rotação de terras, bem como as plantas cultivadas por estes (milho, feijão preto, mandioca, batata doce) e, inclusive, a ferramenta indígena, a cavadeira ou o bastão de plantar (Waibel, 1949). Nesse sentido, Willems (1946), chega a falar de um processo de “aculturação”, no qual muitos colonos tornaram-se verdadeiros “caboclos”.

Waibel (1949), utilizando como critério de classificação, os métodos agrícolas aplicados, a combinação gado-lavoura e a maneira pela qual os produtos eram preparados e processados para o mercado, identificou três sistemas agrícolas nas áreas florestais colonizadas: o sistema da primitiva rotação de terras, o sistema de rotação de terras melhorada e a rotação de culturas combinada com a criação de gado.

Esse referencial dos sistemas produtivos será útil para analisar a agricultura colonial, entretanto, com base nas próprias conclusões de Waibel⁶, e na pesquisa de campo, constatou-se que os colonos adotaram, principalmente, os dois primeiros sistemas. Na região Oeste de Santa Catarina, os colonos reproduziram esses mesmos sistemas agrícolas, já praticados no Rio Grande do Sul. Para Silvestro (1995), a relação do colono com a nova terra tinha como objetivo a manutenção e não a desintegração da unidade familiar, procurando reproduzir novas unidades de produção. O que se queria era “fazer futuro” e “colocar os filhos”. Assim, quando os colonos vieram para a região Oeste Catarinense:

⁶ De acordo com Waibel (1949), somente 5% dos colonos atingiram o terceiro estágio; 50% estavam no segundo estágio, em terras ainda não esgotadas, e 45% encontravam-se ou no primeiro estágio ou na fase de decadência e estagnação do segundo. Economicamente, 25% estavam bem, 50% moderadamente prósperos e 25% pobres e miseráveis. Isso fez Waibel (1949, p. 194-5), concluir que alguma coisa estava errada na colonização europeia do sul do Brasil, pois a maioria dos colonos europeus que vieram para o Brasil eram pobres e poucos tinham experiência na agricultura, sendo que acabaram adotando rapidamente os sistemas agrícolas dos índios. Outra questão, refere-se ao fato de o governo brasileiro, com o objetivo de povoar áreas desabitadas, estabelecendo um sistema com estilo europeu de pequenas propriedades, não deu atenção à situação econômica dos colonos, sendo que a maior parte deles foi colocada em áreas remotas, muito longe dos mercados consumidores urbanos. Sendo assim, a agricultura de subsistência e os sistemas primitivos acabaram se impondo aos colonos. E finalmente, o governo e as companhias particulares de colonização, presumindo que os imigrantes europeus aplicariam o sistema extensivo de rotação de terras, deveriam ter repartido lotes maiores aos colonos, pois “aplicar um sistema agrícola extensivo em pequenas propriedades é uma contradição em si mesmo” (Waibel, 1949, p. 195).

Muitos agricultores traziam famílias, carroças, junta de bois, sementes e principalmente o machado, instrumento fundamental para “derrubar a mata, queimar a coivara e plantar o milho”, dando início assim ao sistema de produção baseado na relação: produção de milho e produção de animais, principalmente suínos. Do ponto de vista da exploração das terras, os colonos desenvolveram no Oeste Catarinense, o mesmo sistema de utilização do solo. Sistema este que na “colônia velha” já tinha provocado graves conseqüências sobre os recursos naturais (Silvestro, 1995, p. 69).

De acordo com Schneider (1999), *pode-se afirmar que dois fatores foram essenciais para o crescimento da produtividade agrícola das colônias. O primeiro foi a existência de áreas de terras para serem ocupadas, expandindo a zona pioneira em direção ao norte e reproduzindo o modo de vida, a unidade familiar e a estrutura fundiária, onde o desmatamento era a principal forma de colonização, sendo que a expansão da zona pioneira estava diretamente ligada à necessidade de ocupação de novas áreas. O outro fator, foi a melhoria nos transportes, o que permitiu que os colonos tivessem acesso a outras mercadorias, sendo que o consumo expandiu-se e a agricultura voltou-se, cada vez mais, para o comércio. Assim, “a intensidade dessas trocas mercantis fez com que as relações entre colonos e agentes econômicos se monetarizasse rapidamente”* (Schneider, 1999, p. 26).

No caso dos colonos do Rio Grande do Sul foram registradas duas estratégias de resistência do sistema produtivo colonial. A primeira foi a criação de suínos destinados à produção de banha, entre 1890 e 1930. A segunda, foi a migração, das colônias velhas para as colônias novas (Schneider, 1999). No caso da região Oeste de Santa Catarina, a produção de banha e fumo era, economicamente, fundamental para os colonos. As migrações também ocorreram, ocupando-se as regiões sempre ao norte e reproduzindo o sistema produtivo colonial, que dependia de novas áreas.

O povoamento da região - A colonização “Branca”

De acordo com Poli (1995), as fases de ocupação do Oeste Catarinense podem ser divididas em três: a fase de ocupação indígena; a fase cabocla e fase de colonização “branca”. Na região desta pesquisa, de acordo com Jungblut (2000), a primeira fase vai até 1850, caracterizada pela presença de índios e alguns brancos, como demarcadores de terras, missionários, militares e bandeirantes. Já a segunda fase vai de 1850 até 1926, caracterizada pela presença predominante de caboclos, ligados principalmente, à exploração de madeira. Finalmente, após 1926, inicia-se a fase de colonização “branca” da região e, conseqüente, desalojamento dos caboclos⁷.

⁷ Tendo em vista as dimensões deste artigo, não trataremos da questão dos índios e caboclos, sobre os quais, veja-se os trabalhos de Poli (1995), Jungblut (2000) e D’Angelis (1995).

O processo de colonização “branca”, da região Oeste Catarinense, fornece algumas das principais bases para entender a formação da agricultura familiar. Na análise do processo de colonização, considera-se mais pertinente o enfoque teórico e analítico de autores como Waibel (1949; 1955), Roche (1969) e mais recentemente Schneider (1999), que rejeitam a idéia de “encantamento” e da “epopéia” dos desbravadores, e procuram entender como essa forma social de produção desenvolve estratégias de reprodução, adaptando-se em novas situações ambientais e sociais, transformando-as e sendo transformada por estas.

Para entender o processo de constituição da agricultura familiar na região, é necessário entender o processo de migração. Primeiro, da Europa para a região Sul do Brasil, especialmente para o Rio Grande do Sul, e posteriormente, deste estado para o Oeste de Santa Catarina.

Os nexos da constituição da pequena propriedade no Oeste de Santa Catarina devem ser buscados na imigração de alemães, italianos e de outras origens ao Rio Grande do Sul. Esse processo de imigração para colonização pode ser lido nas premissas e propostas de um “país com vocação agrícola”, “no branqueamento da raça” e na “ideologia da pequena propriedade” do Estado brasileiro. Devem ser levadas em conta as razões pelas quais contingentes populacionais transpuseram o Atlântico rumo à América para se tornarem colonos. Sistemáticamente, os motivos que impulsionaram o deslocamento dos europeus aos trópicos podem ser agrupados na tríade: em busca de fartura, da liberdade e da obtenção de terras. (...) Os imigrantes constituíam diversidades regionais, (egressos de diferentes áreas da Europa), de credo religioso e de ocupações. De um modo geral, eram oriundos das camadas inferiores da população europeia (Renk, 2000, p. 71-2).

A vinda dos imigrantes europeus, especialmente os alemães, para o Brasil pode ser entendida a partir de duas situações. De um lado, pelas péssimas condições de vida e a falta de perspectivas que os alemães encontravam em seu país de origem. Do lado brasileiro, através da imigração subvencionada e programada, fazia-se grande propaganda, que prometia terra quase de graça, sementes, gado e dinheiro. Nesse sentido, discorda-se de Jungblut (2000) quando afirma que um dos principais motivos da vinda dos alemães era a sua vontade ou desejo irresistível de emigrar (*Wanderlust*). Considera-se que a saída do seu país de origem, significava, antes de tudo, uma fuga e uma busca de melhores condições de vida.

Segundo Waibel, para enfrentar as adversidades do meio (mata e índios), “o novo tipo de colono deveria ser tanto um soldado como um agricultor, para poder tanto defender sua terra como cultivá-la” (1949, p. 166).

No Brasil, a colonização tomou maior impulso com a publicação da Lei de Terras em 1850, que proibiu o acesso livre as terras devolutas, instituindo juridicamente a propriedade da terra como uma mercadoria. Assim, “tem-se, pois, a “Lei de Terras”, como o divisor de águas, entre uma época de pouco, ou nenhum, interesse pela colonização estrangeira e, outra em que tal assunto passou a ser de primordial atenção nos negócios do país” (Piazza, 1983, p. 331).

Nesse sentido, de acordo com Giron e Bergamaschi (1996), até 1850, as terras eram de concessão do Estado, sendo que este dirigia e coordenava o processo de colonização. Após 1850, a terra era passível de compra e venda, sendo que até 1889 era o Estado que continuava financiando o processo de colonização. Porém, após 1889, o processo de colonização foi assumido por particulares.

De acordo com Jungblut (2000), no processo de colonização do Brasil, existiam quatro tipos de colônias. As “colônias governamentais” eram aquelas fundadas pelo Governo Central ou Federal (São Leopoldo, RS; São Pedro Alcântara e Santa Isabel, SC); organizadas pelo Governo Provincial ou Estadual (Santo Ângelo, Santa Cruz do Sul e Monte Alverne, RS) e organizadas pelo Governo Municipal (São Luís e Santo Ângelo, RS).

No caso das “colônias fundadas por entidades lucrativas”, temos o processo de colonização de quase todo o Extremo Oeste de Santa Catarina, destacando-se a Empresa Chapecó-Peperi Ltda. que colonizou Descanso, Porto Feliz (Mondaí) e Iporã do Oeste.

As “colônias fundadas por uma entidade filantrópica” eram financiadas por agências bancárias, como foi o caso das colonizações de Cerro Largo e Santo Cristo no Rio Grande do Sul, dirigidas pelo *Bauerverein*. Outro caso foi Porto Novo (Itapiranga) em Santa Catarina, colonizada pela *Voslksverein*⁸ e financiada pela *Sparkasse*, a Caixa Rural. Outro exemplo foi o de Entre Rios, no estado do Paraná.

As “colônias fundadas por particulares” adquiriram uma grande gleba de terra e promoveram a colonização da mesma com fins lucrativos. Temos como exemplo Blumenau, que foi fundada por Otto Blumenau, em 1849 e *Neu Pommern* – Linha General Osório, em Santa Cruz do Sul, fundada por Eichenberg, em 1888.

⁸ A “*volksverein*” – como popularmente foi chamada – aparece no contexto do povoamento de Santa Catarina, no momento em que adquire da “Empresa Chapecó-Peperi Ltda”, a gleba entre os rios das Antas, Peperiy-guaçu e Uruguai com área de 582.057 816 m², destinada à colonização. A ideia inicial tem os estímulos do Pe. Theodore Amstad S.J., através do 3º Congresso dos Católicos, (katholikentag), em Feliz, RS, quando surgem as “*Bauerverein*” (Associações de Agricultores). Em 1912, dadas as condições sociais da utilização econômica do solo e da explosão demográfica nas “velhas” colônias alemãs do Rio Grande do Sul, os Padres da Companhia de Jesus estruturam a “*Volksverein für deutschen Katholiken*” (Sociedade popular para os católicos de língua alemã) (Piazza, 1994, p. 264-5).

A colonização do Sul do Brasil foi uma política do governo federal republicano que teve como objetivos a ocupação e valorização de áreas estratégicas, então consideradas “despovoadas” (Silvestro, 1995, p. 32). Para Azevedo (1982, apud Silvestro, 1995), o que prevaleceu foi a lógica de duas economias. De um lado, a do latifúndio voltada para o mercado nacional e externo, e de outro, a da pequena propriedade voltada para o abastecimento interno. Além do mais, a colonização da região era uma estratégia de integração do Sul com o Sudeste do país (Santos, 1984). Finalmente, “colonizar, é mais que povoar. Significa também usufruir a terra, retirando benefícios de ordem econômico-social, ocupando e valorizando as novas áreas” (Piazza, 1994).

No que se refere à colonização do Rio Grande do Sul, esta pode ser dividida em três fases: até 1850 com colonos alemães em São Leopoldo; de 1850 até 1890 com colonos alemães e italianos ocupando toda a região conhecida como “colônia velha”; 1889 em diante, passam a ocorrer as migrações internas para as chamadas “colônias novas”.

De acordo com (Jungblut, 2000, p. 29), a migração dos alemães no sul do Brasil pode ser dividida em quatro fases⁹: A primeira fase vai de 1824 a 1880, e refere-se as primeiras ocupações, onde viveram a primeira e a segunda geração dos alemães vindos para o Brasil. Eram as chamadas “Colônias Velhas” (*Die alt Kolonie*). De 1824 a 1845 (São Leopoldo, RS e São Pedro de Alcântara e Teresópolis, SC. De 1846 a 1888, os núcleos de Bom Princípio, Santa Cruz, São Sebastião do Caí, Venâncio Aires, Estrela, Lajeado, Agudo, Montenegro, Maratá, Brochier, Paverama, Nova Petrópolis, São Lourenço do Sul e Teutônia no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, formaram-se os núcleos de Blumenau em 1849, Joinville em 1852 e a colonização do Vale do Capivari: Braço do Norte, São Ludgero, São Bonifácio, Forquilha, além de outros, em 1872.

A segunda fase, de 1880 a 1922 é a época em que os alemães da terceira geração ocuparam espaços na região serrana do Rio Grande do Sul. Alguns núcleos receberam praticamente só alemães, na maioria, nascidos na “Colônia Velha”. Houve migração orientada e assistida por organizações sociais das Colônias Velhas, como o *Bauerverein* e *Sparkasse*. O que prevalecia nas rodas de conversa era mudar-se para a serra (*auf die Serra wander*). Selbach, Santo Cristo, Cerro Largo e Panambi receberam essencialmente alemães. Eles participaram também em grande número da colonização de Itajaí, Cruz Alta, Santo Ângelo e centros próximos. Alguns emigraram para a Argentina, onde fundaram Puerto Rico e Capióvi. A terceira fase, que vai de 1922 a 1955, é o período em que os descendentes da quarta geração saíram da “Colônia Velha” e da “Serra” e foram ocupar, no Extremo Noroeste do Rio Grande do Sul, Três Passos, Crissiumal, São

⁹ Roche (1969) apresenta fases diferentes quanto à colonização do Rio Grande do Sul, entretanto, como este processo não é central neste estudo, não se entrará nessa discussão.

Martinho, Três de Maio e Horizontina entre outros, já ao lado de outras etnias. Também migraram para o extremo Oeste Catarinense, às margens do Rio Uruguai, fundando São Carlos, Palmitos, Porto Feliz e Porto Novo.

A quarta fase, de 1955 a 1975, ocorre quando descendentes alemães da quinta geração do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, especialmente do Extremo Oeste catarinense, migraram para ocupar o Sudoeste do Paraná¹⁰. A maioria dos núcleos coloniais receberam pioneiros de diversas procedências e etnias.

As regiões ocupadas pelos alemães podem ser consideradas como uma “zona pioneira”, que de acordo com Waibel (1955, p. 390), “é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada”. Constitui-se, numa paisagem nem civilizada e nem de mata virgem, limitando-se com a mata virgem a oeste (fronteira demográfica) e com a região econômica a leste (fronteira econômica). “O pioneiro procura, não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida” (Waibel, 1955, p. 391).

No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena (Waibel, 1955, p. 391).

Para Waibel (1955), um caráter importante para o desenvolvimento de uma zona pioneira é a existência de transporte barato, que possibilite colocar os produtos dos agricultores no mercado. Além disso, também é preciso a existência de terra para receber um grande número de colonos.

A região Oeste de Santa Catarina é a segunda zona pioneira do estado¹¹. O seu desenvolvimento está, diretamente, ligado à construção da estrada de ferro SP/RS, que atraiu um grande número de colonos de origem alemã e italiana do Rio Grande de Sul, possibilitando o escoamento da produção, especialmente de porcos, que eram levados para São Paulo. Assim, essa zona pioneira não foi desbravada a partir do litoral, mas a partir do sul, exportando seus produtos para um mercado distante, localizado ao norte.

Na colonização da região Oeste de Santa Catarina, dois fatos merecem destaque: a construção da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande do Sul e

¹⁰ De acordo com Lazier (1996), o Sudoeste do Paraná foi povoado por agricultores gaúchos e catarinenses, descendentes de alemães e italianos, a partir de 1943, com a instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANCO). Anteriormente, a região era povoada por pioneiros de origem luso-brasileira (caboclos).

¹¹ A primeira zona pioneira do estado foi na região costeira, destacando-se a colônia Blumenau, no Vale do Itajaí (Waibel, 1955).

a solução da “Questão do Contestado”. Ambos os fatos, somados à escasse de terras no Rio Grande do Sul e ao elevado crescimento demográfico, abriram uma ampla perspectiva para a atuação das companhias de colonização na região.

A construção da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande do Sul, teve como objetivo principal o escoamento dos produtos gaúchos, além da erva-mate e madeira de Santa Catarina e Paraná. Entretanto, Radin (1997, p. 28), destaca que “a preocupação brasileira era a de criar as condições para a colonização da região”.

A ferrovia foi construída no período de 1907 a 1910, pela empresa norte-americana “Brazil Railway Company”, que recebeu do Governo Federal, na forma de concessão, 15 Km de terra em cada lado dos trilhos, em toda a sua extensão, além de outras áreas no Extremo Oeste, para compensar trechos já legalmente ocupados.

A empresa assumiu o compromisso de colonizar as terras concedidas, assim, após a conclusão da estrada de ferro em 1910, a “Brazil Railway Co.”, repassou para sua filial, a “Brazil Development & Colonization Co.”, a tarefa de colonizar as áreas recebidas. Nesse sentido, a construção da estrada de ferro, significou o marco inicial do processo de colonização da região Oeste de Santa Catarina, uma vez que a empresa trouxe para a região um contingente de mais de 10.000 trabalhadores, das mais diversas etnias e camadas sociais, constituindo-se num dos mais importantes fatores de desencadeamento da Guerra do Contestado¹². Entretanto, a colonização do Oeste Catarinense somente teve início efetivo após a solução da chamada “Questão do Contestado”¹³ em 1916.

A colonização da região de Porto Feliz, onde atualmente localizam-se os municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d’Oeste, de acordo com Cabral (1970) e Koelln (1980), se inicia em 1919, quando um grupo de exploradores vindos de Nonoai, município de Sarandi, RS, descem o Rio Uruguai com o objetivo de explorar as terras situadas entre os rios Chapecó e Peperi-Guaçu. Estes imigrantes, fundaram a Companhia de colonização Chapecó-Peperi Ltda.¹⁴, e iniciaram a colonização efetivamente em 1922, sendo que em 1924, chegaram os primeiros colonos do Rio Grande do Sul, todos de origem alemã.

¹² A Guerra do Contestado (1912-1916) foi um movimento armado caracterizado pela insurreição de “jagunços” e caboclos que se alastrou em terras de cinco regiões do Estado: Campos de Lages, Campos de Curitiba, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Oeste Catarinense e Planalto de Canoinhas.

¹³ A Questão do Contestado significou a disputa pelos limites territoriais da região Oeste de Santa Catarina. Primeiro entre Brasil e Argentina (1777 até 1895), sendo que os direitos do Brasil sobre a região Extremo Oeste foram reconhecidos pelo laudo arbitral do Presidente Cleveland, dos Estados Unidos, em 1895 (Cabral, 1970). A segunda disputa é entre os estados de Santa Catarina e Paraná (1854 até 1916), sendo que em 1916, os dois estados assinaram o acordo de fronteira, em que a maior parte das terras em litígio passou para Santa Catarina.

¹⁴ A Empresa Chapecó-Peperi Ltda. colonizou a área de terra entre os rios Chapecó e Peperi-Guaçu, com aproximadamente 20.978 lotes de 25 hectares, ou seja, 524.450 hectares.

Já Porto Novo, atuais municípios de Itapiranga, Tunápolis, São João d'Oeste e parte de Iporã d'Oeste, surgiu de um empreendimento de colonização efetuado pela entidade filantrópica *Volksverein* (Sociedade União popular), financiado pelo banco *Sparkasse* (Caixa União Popular), a partir de 1926 (Jungblut, 2000). A *Volksverein* Kolonization adquiriu uma área de terra situada entre os rios Uruguai, Peperi e Arroio Macucos, para tentar formar uma colônia inteiramente de colonos católicos de origem alemã. Os primeiros colonos chegaram em 1926 (Cabral, 1970).

Muitas colônias recebiam um determinado filtro, que no caso da Colônia Porto Feliz (Mondaí), priorizava os colonos alemães / evangélicos e a Colônia Porto Novo (Itapiranga) os colonos alemães / católicos (Jungblut, 2000).

De acordo com as entrevistas realizadas no município de Iporã d' Oeste, verificou-se os seguintes dados sobre o local de origem e trajetória dos agricultores. Em primeiro lugar, constatou-se que todos são originários do estado do Rio Grande do Sul, quando não o entrevistado diretamente, eram os seus pais ou avós. No que se refere ao local de origem no estado do Rio Grande do Sul, alguns vieram diretamente das "colônias velhas", de cidades como São Leopoldo, Nova Petrópolis, Teutônia, Montenegro, Arroio do Meio e Guaporé. Outros tiveram uma passagem pela "serra", ou seja, nas chamadas colônias novas, destacando-se Panambi (*Neu-württemberg*). Quanto às trajetórias em Santa Catarina, foram encontradas duas situações. Enquanto alguns vieram diretamente para a região de Iporã d' Oeste, outros tiveram passagem por Mondaí, Itapiranga ou ainda, por Maravilha.

Fases de desenvolvimento da agricultura colonial

Nesta seção pretende-se demonstrar como essa forma social de produção, que atualmente, convencionou-se chamar de agricultura familiar, se estruturou, se organizou, se reproduziu, e começou a encontrar limites à sua reprodução social, sofrendo transformações importantes, especialmente, no que diz respeito ao modo de produzir. Para uma melhor compreensão, utiliza-se uma periodização histórica, não que seja a mais adequada e, muito menos, rígida; trata-se apenas de uma técnica de exposição do conteúdo.

Definição dos Lotes de Terra e Instalação dos Colonos (1920-1930/40)

Essa primeira fase, de formação e desenvolvimento da agricultura familiar na região Oeste Catarinense, e mais precisamente no município de Iporã d' Oeste, é marcada pelo processo de colonização da área e as primeiras atividades econômicas. Este processo se inicia nos anos 1920, através da colonização da região e se estende até os anos 1930/40, onde

ocorrem as primeiras transformações significativas, uma vez que essa agricultura vai encontrando alguns limites e, aos poucos, aumenta o seu grau de especialização e inserção mercantil.

A origem da agricultura familiar na região é marcada pelo processo de colonização do Oeste Catarinense, caracterizado pela recepção do excedente populacional do Rio Grande do Sul, basicamente de colonos de origem alemã e italiana, com tradição na policultura e, em menor intensidade, na criação de animais domésticos, principalmente suínos, aves e bovinos. Outro fator importante foi a colonização privada, realizada pelas empresas colonizadoras, que vendiam a terra para as famílias em unidades chamadas “colônias”¹⁵, com uma área de 24,2 hectares.

Os primeiros colonos chegaram no município de Iporã d’ Oeste a partir de 1925, vindos do Rio Grande do Sul, expandindo a “zona pioneira” e reproduzindo neste local, o modo de vida colonial. A forma de produzir dos colonos, ou seja, o sistema de rotação de terras, tinha a característica de esgotar a fertilidade do solo e sua reprodução somente era possível pelo avanço em novas áreas na fronteira agrícola.

Desta forma fecha-se a “fronteira agrícola” do Estado, tendo por base uma colonização que reproduziu por décadas e gerações o modelo de vida camponês: a sua forma de produzir baseada na rotação de terras e sua forma de sociabilidade baseada no interconhecimento, na solidariedade vicinal e familiar e na homogeneidade econômica e social de toda a comunidade (Silvestro, 1995, p. 47).

Essa primeira fase, caracterizava-se pela chegada dos colonos com suas famílias, alguns animais, sementes e alguns instrumentos, nas novas áreas, para instalarem-se no lote de terra que estavam comprando. Essas áreas eram cobertas pela mata e isoladas. A primeira coisa que faziam era derrubar a mata, construir casas e instalações para os animais (vaca, galinhas, suínos). Essa fase corresponde, mais precisamente, aos primeiros dez anos, onde a agricultura estava voltada, principalmente, para a subsistência da família. Os colonos, aos poucos, vão estruturando as suas propriedades e aumentando a produção de excedentes para o mercado, iniciando a segunda fase, que será analisada adiante.

As famílias, que vinham para ocupar os seus lotes, geralmente eram pequenas, na maioria das vezes, eram formadas por um casal recém casado, ou, com filhos ainda pequenos. Nesse sentido, inicialmente, a satisfação das necessidades de consumo era mais fácil. Entretanto, conforme será analisado na segunda fase, à medida que os filhos vão crescendo e

¹⁵ Um lote colonial (24,2 hectares ou 10 alqueires), localizado nas terras montanhosas de Porto Novo, era vendido por R\$3.300.000 (3 contos e 300 mil réis), sendo que o comprador tinha que dar R\$1.000.000 de entrada e o resto era financiado pela *Sparbasse* por quatro anos com 7% de juros ao ano. O pagamento à vista tinha 10% de desconto. Na época, o valor do lote equivalia a: 2.200 garrafas de querosene; 1.375 Kg de açúcar; 110 porcos; 1.500 Kg de farinha de trigo, ou ainda à 600 Kg de banha (Jungblut, 2000).

aumentando em número, embora com isso aumente também a força de trabalho, a satisfação das necessidades de consumo exige um aumento da área produzida, o que nem sempre é possível, pois os lotes são pequenos e começam a ser divididos em função da herança.

Nessa primeira fase, a derrubada da mata era condição necessária para iniciar a produção e a construção de casas e galpões. Roche (1969) sintetiza muito bem esta etapa ao afirmar que o colono teve que aprender a desbravar. Assim, uma das primeiras atividades econômicas¹⁶ da região de Iporã d' Oeste foi a extração da madeira, especialmente o pinheiro. As toras eram transportadas, com burros, cavalos ou bois até Porto Feliz (Mondaí). Dali, seguia para São Borja no Rio Grande do Sul e para a Argentina, em forma de balsas¹⁷, descendo o Rio Uruguai em períodos de enchente.

A extração da madeira representou a primeira atividade econômica dos colonos recém chegados às suas propriedades, sendo o primeiro ciclo da região. Se por um lado a floresta representava um obstáculo para a implantação das lavouras, por outro, garantia a madeira para as construções e mesmo algum dinheiro na venda. De acordo com entrevistas realizadas, quando surgiram as primeiras serrarias na região Oeste Catarinense, era comum a venda de árvores, recebendo como pagamento, madeira serrada, que se destinaria para as construções das casas e instalações dos animais.

Uma vez derrubada a mata, instaurava-se o sistema produtivo que Waibel (1949), denominou de "primitivo sistema de rotação de terras". De acordo com um historiador local:

(...) as propriedades eram novas, quase todas em mato. As terras eram naturalmente férteis (...) o agricultor derrubava o mato, fazia a queimada e cultivava a área sem critérios de conservação. Ele procurava livrar o quanto antes a lavoura de troncos, raízes e tocos e para tal, apelava para as queimadas. No mais, lavrava a terra na primavera e fazia o plantio. Combatia o inço com a enxada. Em poucos anos as terras estavam exauridas. Não praticava rotação de cultura, nem combatia a erosão e levava de vez em quando algum esterco ou alguma palha para a roça (Jungblut, 2000, p. 470-1).

A utilização desse sistema, baseado no corte da floresta e na queimada, também foi confirmado nas entrevistas, quando questionados sobre como era a utilização das novas terras no início da colonização, apareceram comentários como este: "*Derrubava o mato, daí era queimado, plantava milho ou feijão e depois capinava o inço*" (Entrevista 01).

¹⁶ No Extremo Oeste de Santa Catarina aconteceram ciclos econômicos. O primeiro foi a exploração da erva-mate, que não ocorreu na região de Porto Novo e Porto Feliz, mas por ali passou, rumo à Argentina, via rio Uruguai. O segundo ciclo foi o da madeira. (Jungblut, 2000). Para maiores detalhes sobre a atividade madeireira na região Oeste Catarinense, veja-se Bellani (1995).

¹⁷ A balsa consistia no conjunto de dez a doze pelotões de madeira roliça (de lei) ou serrada (de pinho). Cada pelotão compunha-se de nove a dez toras ou onze "molhos" de tábuas serradas. O "molho" era formado por duas dúzias de tábuas amarradas num só feixe. Os pelotões eram colocados em fila e amarrados uns aos outros com fortes e bem trabalhados cordões de cipó, em três pontos, nas extremidades e no meio. Estava formada a balsa (Folador, 1991, p. 47).

Pode-se perceber que nesse primeiro estágio, os principais mecanismos que asseguravam a sobrevivência das famílias, eram a extração da madeira e o sistema produtivo de rotação de terras. Havia uma grande dependência da extração de recursos naturais existentes no local, a madeira e a fertilidade natural do solo. Entretanto, ambos encontram seus limites, ainda na primeira geração. A quantidade de madeira se reduz e ocorre o esgotamento da fertilidade natural do solo. Porém, a partir dos anos 1940/50, com o desenvolvimento urbano-industrial do país, e a melhoria das condições de transporte (estradas e caminhões), aumenta a demanda por produtos como a banha, o que impulsiona a criação de suíno com essa finalidade.

A criação de suínos sempre esteve presente entre os colonos. Consistia numa importante fonte de alimento, e aos poucos, uma alternativa de renda. De acordo com Folador (1991, p. 46), uma característica inicial da criação de suínos na região Oeste de Santa Catarina era o que poderíamos denominar de “porco de safra tropeado”, que consistia numa forma de criação, onde o porco, de raças comuns, era criado solto em piquetes ou construções rudimentares e, na época da safra, era engordado na própria roça de milho. O transporte era feito “tropeando-se” os animais para os centros urbanos próximos. No caso do Oeste, eram tropeados até o local onde pudessem ser embarcados no trem que os levaria para São Paulo, grande centro demandante de banha (pois ainda não se fabricavam óleos vegetais) e carne suína. Este sistema, de criação e transporte de suínos, perdurou até a introdução do caminhão entre 1940 e 1950. Entretanto, de acordo com as entrevistas realizadas, essa forma de comercialização do porco não era utilizada na região de Iporã d’ Oeste, onde prevalecia a produção da banha na propriedade para posterior venda no comércio local (isso já na segunda fase). Porém, a forma de criação, na roça de milho fazia-se presente, mas somente nos primeiros anos da colonização, pois tão logo tivessem condições, eram construídas instalações, mesmo que rudimentares.

Do ponto de vista do modo de viver, destaca-se a vida em comunidades, geralmente formadas em função das origens étnicas e religiosas, o que solidificava as relações de solidariedade entre os colonos. Essas comunidades caracterizam-se pelo “povoamento rural disperso”, conforme analisado anteriormente. No município de Iporã d’ Oeste, além da sede do município (perímetro urbano), existem 29 comunidades. Essas comunidades, ou linhas, eram o padrão tradicional de organização espacial e social dos colonos, e persistem até hoje. Pelo que se percebe na pesquisa de campo, é predominante a organização das comunidades em função da etnia e da religião, havendo comunidades formadas quase exclusivamente por alemães católicos.

A importância que representava a etnia e a religião pode ser percebida numa entrevista realizada com uma agricultora, de origem italiana e de confissão católica, quando questionada sobre como era a vida na comunidade quando chegaram no município de Iporã ‘ Oeste: “*Tudo bom*

por que era, assim, os vizinho, ali a gente não conhecia ninguém naquela época. Chegamos lá (...) os vizinho que era perto era evangélico, era alemão, evangélico, mas gente boa. (...) Era só pedir que eles tinham ajuda” (Entrevista 12).

Percebe-se a importância da etnia e da religião na vida em comunidade. Nesse caso, apesar de serem de uma religião e etnia diferentes, não houve problemas do ponto de vista da solidariedade, uma vez que eram comuns os mutirões e as trocas de dias de serviço entre vizinhos. Entretanto, inicialmente, eram muito difíceis os casamentos entre pessoas de etnia e religião diferentes.

A sociabilidade estava diretamente ligada à vida nessas comunidades, e era reforçada pela origem étnica e a religião. O *Kerb*, principal festa lúdico-religiosa, persiste até hoje. A sociabilidade também fazia parte do modo de produzir. De acordo com as entrevistas, era comum, entre os colonos, a troca de dias de serviço, a reunião de agricultores para realizar a colheita e abate de animais, a troca de reprodutores. Essas atividades, faziam parte da forma de produzir e, ao mesmo tempo, representavam uma forma de sociabilidade.

Especialização Produtiva e Inserção Mercantil (1930/40 – 1960/70)

Conforme mencionado anteriormente, o modo de vida colonial, começou a enfrentar problemas a partir do esgotamento da fronteira agrícola e do aumento da pressão demográfica sobre a utilização da área disponível nas pequenas propriedades. Os filhos que chegaram pequenos nos anos 1920 estão em idade plena de trabalhar nas décadas de 1930/40. A fronteira agrícola, aos poucos, começa a se esgotar na região e a solução dos limites passa por uma mudança no sistema produtivo. Passa-se ao que Waibel (1949) chamou de “sistema de rotação de terras melhorada”, com uma maior utilização de animais, arado e especialmente, a introdução da suinocultura para a produção de banha. Há um aumento no grau de mercantilização, uma vez que a relação com o comércio local se intensifica, principalmente na venda de fumo e banha. Com a introdução dos primeiros caminhões, tratores, motoserras, melhoram-se as estradas, tirando as comunidades do isolamento em que estavam.

Ocorre um crescimento acelerado da população e a expansão rápida da área cultivada, que de acordo com Waibel (1955), é uma característica de toda zona pioneira e, isto se deve, principalmente, ao aparecimento de um novo sistema de transporte, o caminhão, bem como a melhoria das estradas de rodagem e a construção de pontes.

Nessa fase, as duas variáveis importantes que afetam o sistema produtivo colonial são o fechamento da “zona pioneira” e o crescimento da pressão demográfica dentro da propriedade. Estes dois problemas geram um terceiro que é a especialização produtiva, através do milho e suíno, que possuem como objetivo final, a produção e comercialização da banha.

Nessa fase, ocorre um aumento do número de pessoas por família, pois as famílias possuem vários filhos que já estão em idade plena para trabalhar. De acordo com Chayanov (1974), seria o período de desenvolvimento da família onde pais e filhos estão em plena cooperação e capacidade de trabalhar. Nesse período a variável demográfica (tamanho e composição da família) implica, ao mesmo tempo, num aumento da capacidade de trabalho, como num aumento das necessidades de consumo. Isso acaba levando a uma utilização, mais intensiva da área, acarretando o esgotamento da fertilidade do solo. Por outro lado, é preciso adquirir mais produtos no mercado, e conseqüentemente, é preciso vender mais produtos, o que vai aumentando lentamente, os graus de mercantilização dessas famílias.

O tamanho da família, associado à pequena propriedade, ao sistema agrícola de rotação de terras e ao padrão de herança por partilha da terra, praticamente acabam inviabilizando esse modelo produtivo, uma vez que a fronteira agrícola na região se fecha em meados da década de 1960 (Silvestro, 1995).

Na segunda fase, a madeira continua sendo explorada, uma vez que esta atividade acompanha a expansão da zona pioneira e o avanço do sistema de rotação de terras. Entretanto, neste período a exploração da madeira ocorre com maior intensidade. Anteriormente, ocorria nos locais mais próximos ao Rio Uruguai, e agora, com a ajuda de tratores e caminhões é estendida para áreas mais distantes. O transporte, que antes era via fluvial (balsas), passa agora a ser feito pelos caminhões, através das estradas, que começam a ser melhoradas. De acordo com Folador (1991): “Em questão de 25 a 30 anos as imensas florestas do Oeste Catarinense, ricas em cedro, louro, grápia e cabreúva, foram literalmente exterminadas. Desapareceram os vastos e soberbos pinhais. De toda esta imensa riqueza, de valor incalculável, não restou mais do que 5%” (p. 50).

Entretanto, além de continuar a extração da madeira, o binômio fumo/banha formou a base econômica dos colonos da região de Iporã d’ Oeste a partir de 1930, sendo a sua principal atividade produtiva. Produziam-se dois tipos de fumo: o fumo de galpão (*Schuppentabak*) e o fumo de estufa (*Ofentabak*). A partir de 1955, o fumo de estufa foi abandonado e, aos poucos, introduziu-se o fumo “burley”, que é mais leve na venda, mais fácil para manejar e de maior valor comercial. “O fumo era plantado sem adubação química ou orgânica especial. Preferia-se derrubar mata virgem ou capoeirões, fazer a queimada, plantar as mudas, e deixá-las por conta da natureza” (Jungblut, 2000, p. 429)¹⁸. A produção de fumo foi uma importante fonte de renda dos colonos. A produção era negociada com os comerciantes locais.

A banha era produzida na propriedade, sendo que os agricultores criavam o porco tipo banha (*Speckschwein*) de pelo preto. A alimentação

¹⁸ Somente nos anos 1970/80 foram introduzidas novas tecnologias e variedades mais sensíveis, sendo que as fumageiras foram pioneiras nas inovações tecnológicas, extensão rural e no uso de agrotóxicos.

básica do porco era a lavagem (*Saufes*), que consistia num ensopado feito com abóboras, melões, batatas, mandioca, sal e água, preparado em panelões de ferro (*Saufestopf*) ou tachos. A água utilizada para lavar a louça na cozinha (*Spülwasser*) também era usada para tratar os porcos. Além disso, ainda eram tratados, de forma *in natura*, com pasto verde, milho em espiga, mandioca e batata. Eram poucos os colonos que usavam ração industrializada¹⁹. Os porcos eram engordados em instalações rudimentares, onde o esterco escorria por baixo e ao redor dos “chiqueiros”, trazendo, posteriormente, sérios problemas com a poluição da água. A criação de suínos sempre esteve presente entre os colonos. Primeiro, eram criados ao ar livre e depois, em instalações rudimentares, todas em madeira, inclusive o telhado. Inicialmente a criação de suínos era voltada para o consumo familiar, Posteriormente, para a produção e venda de banha, que juntamente com o fumo formaram a base de renda dos colonos. Com o desenvolvimento da produção do óleo de soja, a criação de suínos volta-se para a produção de carne.

Os suínos eram tratados até cerca de dois anos, quando tivessem acumulado bastante gordura. Havia casos em que os animais, de tão gordos, não conseguiam nem caminhar. Ao serem abatidos, geralmente, a maior parte do seu peso, era banha: “(...) o meu pai sempre vendia a banha, pois tinha bons suínos para banha que davam mais da metade do peso em banha, sendo que às vezes, o porco pesava 80 Kg e dava 44 Kg de banha” (Entrevista 03).

Para obter a banha, o toucinho cozido era colocado em prensas (*Schmalzpress*), posteriormente acondicionado em latas de 20 Kg (*Schmalzblech*), ou em tambores de ferro. Os comerciantes compravam a banha e a revendiam no Rio Grande do Sul, por um preço quatro a sete vezes superior. Nesse período, a banha era o principal produto comercializado, no que se refere a criação de suínos. Havia pouca comercialização da carne²⁰, que restringia-se aos moradores locais: “Muitas vezes vendia também carne de porco para o dentista para arrumar dentes, trocando carne pelos serviços dentários” (Entrevista 01).

Embora a produção de banha e fumo não tenha significado uma maior modernização tecnológica nas propriedades dos colonos, foi através destas atividades que se iniciaram dois processos sociais de grande importância para a compreensão do processo de transição da agricultura colonial para a agricultura familiar atual. De um lado, estas atividades implicaram em uma maior especialização dos processos produtivos e, consequentemente, um aumento nos volumes de produção e de uso da força de trabalho familiar. De outro lado, impulsionaram uma maior integração aos mercados e ao comércio, ocasionando uma monetarização, cada vez mais intensa, da vida social e econômica da colônia. Enfim, ocorre um

¹⁹ *Der Schwein Wasser geben* (dar água para os porcos); *Milch - Mats - aufzucht für die Schwein* (desempalhar milho para os porcos); *Lutter holen gehen für die Schwein* (buscar pasto para os porcos) são algumas expressões que deixam claro o tipo de manejo e alimentação na época.

²⁰ O que começou a mudar com o surgimento das agroindústrias, especialmente nos anos 1960.

aumento na mercantilização (Ploeg, 1992), que possui as suas raízes na relação com os comerciantes locais.

Jungblut (2000), destaca que a relação do colono com o capital comercial²¹, ou seja, a relação com o comerciante (*geschäftsman*), surgiu pela necessidade dos colonos em vender os seus excedentes e comprar que não podiam produzir. Eram os comerciantes locais que compravam os produtos, ditavam o preço e transportavam os excedentes até os centros maiores, trazendo, na volta, os artigos que os colonos não produziam, tais como tecidos, calçados, querosene, ferramentas, sal, pólvora, entre outros. O comerciante significava o elo de ligação dessas comunidades e a sociedade em geral.

A riqueza gerada por este processo costuma ser denominado **Capital Comercial**. O longo processo de vender um grande volume em troca de uma pequena quantidade transferiu o capital da propriedade para o comércio. O comerciante comprava do agricultor, financiava para o agricultor e vendia para o agricultor, criando um compromisso de fidelidade e cega confiança. Os acordos eram feitos por ocasião da colheita ou venda do fumo ou de porcos. Como o agricultor devia na loja do seu comerciante ele se sentia na obrigação moral de entregar a sua produção para o seu **benfeitor** sem poder pesquisar um pagamento melhor. O agricultores que tinham dinheiro em haver costumavam deixar o dinheiro guardado com o *Geschäftsman*. (Jungblut, 2000, p. 471-2). Grifos no original.

A relação com o comércio cimentava a vida dos colonos nesse período, possibilitando a venda de algum excedente, no caso, a banha e o fumo, e a compra de alguns produtos que os agricultores não produziam, conforme pode-se verificar nesse depoimento: “*Lá em Itapiranga, antes de vir para Iporã em 1967, nós produzía fumo de galpão e suínos. O suíno era abatido e fazia banha. Daí nós vendía a banha e o fumo para um comerciante de Sede Capela (...). Não tinha mais nada que era vendido naquela época, só mais tarde começamos a vender a carne de porco. No comércio nós comprávamos roupa, sal, açúcar, farinha de trigo e ervamate* (Entrevista 01).

Enfim, a segunda fase de desenvolvimento da agricultura colonial caracteriza-se, ao seu final, pelo que chamou-se de “crise e desarticulação do sistema produtivo colonial”. Primeiro, o modelo agrícola de rotação de terras dependia da expansão da zona pioneira, entretanto, na região Oeste de Santa Catarina, a fronteira agrícola começa a se fechar ainda nos anos 1960. Segundo, do ponto de vista da produção, ocorre uma passagem do sistema de corte e queimada, para outros sistemas mais especializados,

²¹ Com o advento da agricultura moderna e o surgimento das agroindústrias, a relação do colono com o capital comercial foi substituída pela relação com o capital industrial.

como foi o caso da produção de fumo e banha, comercializados nos comércios locais, o que levou a uma maior mercantilização e monetarização da produção. Terceiro, o aumento do tamanho das famílias, associado ao padrão de herança por partilha da terra, acaba originando uma situação com muitos filhos e pouca terra. Esse conjunto de elementos é responsável pela crise da agricultura colonial, que manifesta-se através de uma mudança no processo produtivo, na maior inserção no ambiente externo, via mercados e num processo de minifundização. Assim, o sistema produtivo colonial já enfrentava sérios problemas e limites à sua reprodução mesmo antes de se iniciar o processo de modernização tecnológica da agricultura.

Considerações finais

A agricultura familiar que conhecemos atualmente na região Oeste de Santa Catarina é fruto da implantação e desenvolvimento do que se denominou de modo de vida colonial. Esta forma de produção é, além de um modo de produzir, um modo de viver, trazido pelos colonos que migraram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, e implantaram o mesmo sistema produtivo. Destaca-se que as noções e conceitos desenvolvidos neste artigo podem auxiliar no entendimento das origens da agricultura familiar e de como ocorreu a sua reprodução social no passar do tempo. O que se percebe, é que o caráter relativamente autônomo da agricultura colonial, vai lentamente, se modificando, na medida em que as relações comerciais se solidificam e passam a levar as decisões “para fora da porteira”, ou seja, ocorre a mercantilização deste modo de vida e de produção.

Abstract

The objective of this article is to tackle the aspects related to the formation of family farm in the west of Santa Catarina State, out standing the strategies of the families' reproductions between 1920 and 1970. The methodology is based on bibliography search and field search through interviews. As main results it stands out that the family farm of the region can be understood from what many authors denominated colonial lifestyle. It had two main phases in the region: (1^o) definition phase of terrains and settlement of farmers (1920-1930/40) and (2^o); productive specialization phase and commercial insertion (1930/40-1960/70).

Key-words: colonial lifestyle, colonial agriculture, family farm.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas: Hucitec / Anpocs / Unicamp, 1992.
- BELLANI, E. M. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEON**. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 111-139.
- CABRAL, O. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Laudes, 1970.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- D' ANGELIS, W. da R. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEON**. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 141-220.
- ELLIS, F. **Peasants economics: farm households and agrarian development**. Cambridge University: Cambridge, 1988.
- FOLADOR, J. D. **História de Campo Erê**. São Lourenço do Oeste, Cruzeiro, 1991.
- GIRON, L. S.; BERGAMASCHI, H. E. **Colônia: um conceito controverso**. EDUCS, 1996.
- JUNGBLUT, R. **Documentário histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica & Editora, 2000.
- KOELLN, A. **Porto Feliz: a história de uma colonização às margens do rio Uruguai**. Mondaí: Coordenadoria Municipal de Ensino, 1980.
- LAZIER, H. **Sudoeste do Paraná: região jovem, mas rica em acontecimentos**. 5. ed. Francisco Beltrão, 1996. (Coleção Cadernos do Paraná n. 1).
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- _____. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC / Lunardelli, 1983.
- PLEIN, C. **As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2003. (Dissertação de mestrado).
- PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, Eduardo Sevilla. **Ecología, campesinato y historia**. Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 135-195.
- POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEON**. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 71-110.
- RADIN, J. C. **Italianos e italo-brasileiros na colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

- RENK, A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.
- ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2v.
- SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182p.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1999.
- SILVESTRO, M. L. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução**: o caso do oeste catarinense. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 1995 (Tese de mestrado).
- WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. In: **Revista brasileira de geografia**. Ano 11, n. 2, 1949. p. 159-222.
- _____. As zonas pioneiras do Brasil. In: **Revista brasileira de geografia**. Ano 17, n. 4, 1955. p. 389-422.
- WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: **Ensaio de sociologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 413-37.
- WILLEMS, E. **Aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.

Recebido: 19/04/2005

Aprovado: 30/06/2005